

#APREN: “O falhanço eventual do Green Deal significaria o falhanço de uma estratégia de recuperação da UE”, afirma Carlos Zorrinho

7 de Outubro, 2020

Maria da Graça Carvalho e **Carlos Zorrinho**, ambos eurodeputados, foram os oradores do painel “O papel do Green Deal na recuperação económica” promovido na conferência anual da APREN (*Associação Portuguesa de Energias Renováveis*) que, este ano, tem como tema central “*A eletricidade renovável no centro da descarbonização*”



Maria da Graça Carvalho iniciou o seu discurso dando nota de que o Green Deal é uma “estratégia associada uma série de diretivas que, no seu conjunto, vão conduzir à grande visão da União Europeia”. Como é o caso da “Lei do Clima” que é vista como uma das mais ambiciosas no que diz respeito à redução das emissões, refere. O programa “Horizonte Europa” que vai financiar as “novas tecnologias” e onde uma percentagem será dedicada ao Green Deal, é também um exemplo de que, nesta estratégia, “não há apenas uma diretiva a ser negociada”: “Esta Comissão Europeia escolheu toda a questão ambiental como a sua agenda de crescimento e o Green Deal é essa agenda”, sustenta.

Também **Carlos Zorrinho** olha para o Green Deal como o “resultado” de muitas negociações e programas: “É o resultado de um esforço conjunto para atingir a meta da descarbonização em 2050 e a meta ambiciosa da redução entre 55% e 60% de emissões até 2030”. Tais metas, recorda o deputado europeu, vão implicar “30% quer dos planos recuperação nacionais, quer dos fundos comunitários que são a isso dedicados” e, ainda, uma “estratégia de transformação” nos modelos industriais, coesão territorial ou na mobilidade limpa. E quer a União Europeia (UE) quer Portugal fizeram um “esforço muito grande na aposta da união de energia”, afirma, exemplificando com os exemplos das “renováveis”, a “segurança de abastecimento” ou na “investigação para as energias limpas”, tendo agora a “possibilidade” de, pela primeira vez, ter “energia limpa, renovável e com preços competitivos à escala mundial”.

Nestas matérias, Carlos Zorrinho acredita que “o falhanço eventual do Green Deal significaria o falhanço de uma estratégia de recuperação e resiliência da UE”. O eurodeputado frisa que o Acordo Verde Europeu tem tudo para ser um

projeto bem sucedido e “muito importante” no qual “Portugal tem particular histórico e oportunidade de ser bem sucedido no futuro”.

Relativamente às dificuldades no sucesso da implementação do Green Deal, o responsável refere que “nem todos os países estão igualmente colocados para beneficiar desta oportunidade”, havendo para tal recursos muito importantes como o da “transição justa” e “outros recursos para fazer a este nível uma lógica de convergência”. Mas, do ponto de vista de Carlos Zorrinho, um fator-chave é a questão de cárcere geopolítico: “Esta CE afirmou-se como uma comissão geopolítica e que se quer afirmar de uma estratégia diferenciada no plano global”. E só essa ambição geopolítica é que tornou possível o “pacote solidário” de que “estamos agora beneficiar e a implementar”. Carlos Zorrinho acredita mesmo que, “se conseguirmos que a estratégia do Acordo de Paris e da transformação verde se imponha no plano global, podemos ser não só os inspiradores mas também os vendedores do conceito, da tecnologia e da oportunidade”, defendendo ser importante fazer uma aposta numa “perspetiva de visão global de posicionamento da EU, algo que motiva os governos e os parlamentos e dar benefícios aos cidadãos”.

Também Maria da Graça Carvalho sustenta a importância de se “escutar” a “ciência” e a “tecnologia” para o bom desenvolvimento do Green Deal: “Se uma tecnologia ainda não está pronta, devemos investir um pouco mais em projetos piloto ou de demonstração e depois aplicar em alta escala”. Uma outra barreira que deve ser combatida é o “financiamento necessário para as infraestruturas”, algumas delas transfronteiriças como a “mobilidade elétrica” ou o “hidrogénio”. Para a responsável, “são financiamentos muito grandes” que precisam de ser aplicados. Outra questão crucial é “ganharmos as pessoas”, refere, considerando que “são poucas as que produzem a sua própria energia e que encontram soluções para maior eficiência energética no dia-a-dia”. Maria da Graça Carvalho destaca a carência de “conhecimento acessível” e “know-how suficiente” nestas matérias, sendo fundamental maior “capacitação para termos uma maior descentralização”, onde “cada um de nós seja ator e tenha um papel ativo nesta ação”.